

## LUTAR, CUIDAR, GERAR E REGULARIZAR: TURISMO COMUNITÁRIO NO TERRITÓRIO QUILOMBOLA DO CUMBE – ARACATI (CEARÁ)

STRUGGLE, CARE, GENERATE AND REGULATE: COMMUNITY TOURISM IN THE QUILOMBOLA  
TERRITORY OF CUMBE – ARACATI (CEARÁ)

LUCHAR, CUIDAR, GENERAR Y REGULAR: TURISMO COMUNITARIO EN EL TERRITORIO QUILOMBOLA  
DE CUMBE – ARACATI (CEARÁ)

Luísa Ferraz Benetti<sup>1</sup>   
Edilaine Albertino de Moraes<sup>1</sup> 

<sup>1</sup>Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG, Brasil

Data de submissão: 23/02/2025 – Data de aceite: 31/08/2025

### Resumo:

**Objetivo** – O artigo visa a analisar a prática do turismo comunitário na Comunidade Quilombola do Cumbe (Aracati, Ceará), rastreando seus significados, ações, conexões e efeitos no território.

**Metodologia** – A metodologia da pesquisa possui abordagem qualitativa e natureza exploratória, cujos procedimentos incluem revisão bibliográfica e documental, pesquisa de campo, além do tratamento e análise dos dados. O embasamento teórico é orientado pelo turismo de base comunitária e suas premissas, destacando os territórios quilombolas e o arcabouço legislativo que ampara essas comunidades remanescentes.

**Resultados** – Os resultados alcançados sinalizam as complexidades e os desafios implicados na defesa do território do Cumbe, percorrendo o turismo comunitário, considerando a geração de emprego e renda local, o modo de vida local, os visitantes, a conservação ambiental e a luta pela regularização fundiária.

**Limitações da pesquisa** – Os resultados obtidos foram baseados nas percepções de um grupo específico (lideranças envolvidas no turismo comunitário). Portanto, recomenda-se que futuras investigações contemplem outras vozes e versões de moradores locais, a fim de abranger diferentes posicionamentos e controvérsias.

**Implicações práticas** – Os resultados da pesquisa poderão subsidiar projetos aplicados e a elaboração de políticas adequadas à comunidade do Cumbe. Além disso, reafirma concretamente que o protagonismo comunitário no processo de regularização fundiária, por meio de um movimento político-social-jurídico de luta e resistência pelo território implica envolver diferentes atores, que irão influenciar também o processo de TBC.

**Originalidade** – Embora este estudo tenha sido baseado na percepção de um grupo específico de entrevistados, ele contribui para a reflexão de que o turismo comunitário em Cumbe é mediado pela agricultura familiar e agroecologia, artesanato, pesca artesanal, preservação do patrimônio afro-brasileiro, garantia do território, conservação da natureza e afirmação da identidade quilombola. Desse modo, cumpre um papel acadêmico e político ao dar visibilidade a esse tema, que está comprometido com a realidade em foco.

**Palavras-chave:** comunidade; pesca artesanal; território quilombola; turismo.

---

**Luísa Ferraz Benetti:** Bacharel em Turismo pela Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora/MG, Brasil. Membro do Grupo de Pesquisa TB-C-Rede Turismo de Base Comunitária, Sustentabilidade e Redes. Email: lufbenetti@gmail.com | Orcid: <https://orcid.org/0009-0007-2435-1410>

**Edilaine Albertino de Moraes:** Doutora e Professora do Departamento de Turismo na Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora/MG, Brasil. Email: edilaine.moraes@ufjf.br | Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7631-5023>

**Abstract:**

**Objective** – This article aims to analyze the practice of community-based tourism in the Quilombola Community of Cumbe (Aracati, Ceará), tracing its meanings, actions, connections, and effects on the territory.

**Methodology** – The research methodology adopts a qualitative and exploratory approach, with procedures including bibliographic and documentary review, field research, and data processing and analysis. The theoretical framework is guided by community-based tourism and its premises, with emphasis on quilombola territories and the legislative framework that supports these remaining communities.

**Results** – The findings signal the complexities and challenges involved in defending the Cumbe territory through community-based tourism, considering local employment and income generation, the local way of life, visitors, environmental conservation, and the struggle for land regularization.

**Research limitations** – The results were based on the perceptions of a specific group (leaders involved in community-based tourism). It is therefore recommended that future research include other voices and perspectives from local residents to encompass diverse positions and controversies.

**Practical implications** – The findings of this research may inform applied projects and the development of policies tailored to the Cumbe community. Furthermore, they reaffirm that community leadership in the land regularization process, through a political, social, and legal movement of struggle and resistance for the territory, requires the involvement of multiple actors, who also influence the CBT process.

**Originality** – Although this study was based on the perceptions of a specific group of interviewees, it contributes to the reflection that community tourism in Cumbe is mediated by family farming and agroecology, handicrafts, artisanal fishing, preservation of Afro-Brazilian heritage, territorial guarantees, nature conservation, and the affirmation of quilombola identity. Thus, it fulfills an academic and political role by giving visibility to this topic, which is committed to the reality in question.

**Keywords:** artisanal fishing; community tourism; quilombola territory.

**Resumen:**

**Objetivo** – Este artículo busca analizar la práctica del turismo comunitario en la Comunidad Quilombola de Cumbe (Aracati, Ceará), explotando sus significados, acciones, conexiones y efectos en el territorio.

**Metodología** – La metodología de investigación es cualitativa y exploratoria, con procedimientos que incluyen revisiones bibliográficas y documentales, investigación de campo y procesamiento y análisis de datos. El marco teórico se basa en el turismo comunitario y sus premisas, destacando los territorios quilombolas y el marco legislativo que sustenta a estas comunidades.

**Resultados** – Los resultados obtenidos resaltan las complejidades y los desafíos que implica la defensa del territorio de Cumbe a través del turismo comunitario, considerando la generación de empleo e ingresos locales, el estilo de vida local, los visitantes, la conservación ambiental y la lucha por la regularización de tierras.

**Limitaciones de la investigación** – Los resultados obtenidos se basaron en las percepciones de un grupo específico (líderes involucrados en el turismo comunitario). Por lo tanto, se recomienda que futuras investigaciones consideren otras voces y versiones de los residentes locales, para abarcar diferentes posturas y controversias.

**Implicaciones prácticas** – Los resultados de la investigación pueden fundamentar proyectos aplicados y el desarrollo de políticas adaptadas a la comunidad de Cumbe. Además, reafirma concretamente que el liderazgo comunitario en el proceso de regularización territorial, a través de un movimiento político, social y legal de lucha y resistencia por el territorio, implica la participación de diferentes actores, quienes también influirán en el proceso de TCC.

**Originalidad** – Si bien este estudio se basó en las percepciones de un grupo específico de entrevistados, contribuye a la reflexión de que el turismo comunitario en Cumbe está mediado por la agricultura familiar y la agroecología, la artesanía, la pesca artesanal, la preservación del patrimonio afrobrasileño, las garantías territoriales, la conservación de la naturaleza y la afirmación de la identidad quilombola. Por lo tanto, cumple una función académica y política al visibilizar este tema, comprometido con la realidad en cuestión.

**Palabras clave:** comunidad; pesca artesanal; territorio quilombola; turismo.

## INTRODUÇÃO

No contexto da sociedade insustentável atual, o avanço do turismo convencional no mundo vem, ao longo de décadas, promovendo empregos e divisas, mas também diversos problemas socioambientais e excluindo localidades e comunidades que não possuem vantagens comparativas e competitivas guiadas por políticas neoliberais (Coriolano, 2006; Urano, Siqueira, & Nóbrega, 2016). Isso porque, assim como qualquer outra atividade inserida no sistema capitalista contemporâneo, o cerne do turismo massificado é a reprodução e a acumulação financeira, enfatizando-se a obtenção de lucro e a individualidade à custa de pessoas e lugares (Higgins-Desbiolles, 2018).

Nesse sentido, lugares que apresentam potencial turístico, devido aos atributos naturais, vêm sofrendo por um aumento da especulação imobiliária e seus efeitos. Nesse processo, não raro, ocorre a instalação de grandes empreendimentos turísticos em territórios tradicionais, ocasionando pressões e impactos ambientais irreversíveis no modo de vida, nos costumes e nas tradições de comunidades locais, que promovem a conservação do ambiente habitado (Coriolano & Barbosa, 2010). Dessa forma, na realidade brasileira, inúmeras comunidades locais vêm “agenciando as suas formas de resistir e conviver tanto com a pressão de um modelo de especulação de terra quanto com a de um padrão hegemônico de turismo” (Moraes, Mendonça, & Estevão, 2023, p. 16), ancorado na exploração e na desigualdade social.

Diante desse cenário de contradições, para Mendonça e Irving (2004), surge a necessidade de uma prática alternativa de turismo que beneficie, primordialmente, as comunidades locais, prezando pela conservação dos espaços e se comprometa com o desenvolvimento local. Ao mesmo tempo, agregam-se propostas e discursos por um turismo direcionado à inclusão e sustentabilidade (Machado, 2018). Nesse sentido, o turismo tem sido apresentado como alternativa de desenvolvimento em territórios de populações tradicionais, de acampamentos e assentamentos de movimentos de luta pela terra, até de favelas, passando a cumprir um papel nas determinações territoriais (Melo, 2018), ao contrário do regido por grandes empresários e pelo poder público.

Nesse movimento, o turismo de base comunitária (TBC) manifesta-se como uma alternativa ao turismo dominante, visando ao desenvolvimento endógeno por meio da diversificação da renda dos moradores e da conservação da natureza e cultura. Um dos primeiros conceitos de TBC, definido pela WWF-Internacional (2001), seria “aquele onde os moradores locais possuem controle efetivo sobre seu desenvolvimento e gestão, sendo a maior parte dos benefícios gerados voltados para as comunidades locais” (WWF-Internacional, 2001, p. 4). Desde então, esse conceito vem sendo revisitado, contribuindo para que se componham debates acadêmicos e não acadêmicos sobre essa temática.

No Brasil, a partir de 1990, surgiram as primeiras reflexões sobre TBC (Irving, 2009). Vários autores abordam o tema relacionando turismo, comunidade, natureza e cultura (Maldonado, 2009; Bartholo, Bursztyn, & Delamaro, 2009; Irving, 2009; Sampaio, 2011; Moraes, Irving, & Mendonça, 2018; Huffner, Martins, & Bastos, 2018; Moraes, Guerra, Mendonça, & Fenerich, 2024, entre outros).

Diversas iniciativas dessa prática mapeadas no país envolvem áreas rurais e grupos de pescadores artesanais, ribeirinhos, agricultores familiares, etnias indígenas e quilombolas (Bartholo, Sansolo, & Bursztyn, 2009), bem como áreas urbanas e periféricas (Santos, Alves, & Moraes, 2024). Essas experiências têm apontado termos como turismo de base comunitária, turismo comunitário, turismo de base local, turismo rural comunitário, turismo situado de base comunitária, ecoturismo de base comunitária, turismo solidário (Mendonça & Moraes, 2012) e turismo comunitário quilombola (Santos, Bonfim, & Azevedo, 2024) como um modo diferenciado de trabalhar com essa proposta centrada na organização coletiva e solidária.

Além disso, o TBC tem se constituído como uma ferramenta para a reivindicação pelo direito ao território tradicionalmente herdado, representando, assim, um movimento político e social de resistência aos processos injustos e ambientalmente degradantes decorrentes da visão e ação economicista do turismo (Mendonça & Moraes, 2012; Moraes, 2019). Esse movimento se expressa por meio de lutas cotidianas de territorialidade, pertencimento e identidade étnica que têm se reproduzido em comunidades quilombolas por todo o país (Carmo, Silva, & Deus, 2018; Silva, Gomes, & Faria, 2021; Santos, Bonfim, & Azevedo, 2024). Isso se torna instigante nesta pesquisa temática, tendo em vista que, segundo dados da Fundação Cultural Palmares, de 2017, existem 2.997 comunidades remanescentes de quilombos, dentre as quais 2.523 possuem a emissão da certidão de autodefinição quilombola pelo órgão responsável, o que permite ação na sua identidade e conferir legislativamente direitos e garantias sociais aos sujeitos que assim se autodenominam, mesmo em contextos de conflitos territoriais. Contudo, ainda que a legislação vigente institua que as políticas sociais, culturais e territoriais devam contemplar a identidade quilombola, percebe-se que o Estado não tem atuado no sentido de proteger e garantir os seus direitos (Cordeiro, 2020).

Nesse sentido, a presente pesquisa se orienta pela seguinte lacuna: quais são os desdobramentos e desafios do TBC em territórios quilombolas? Para tanto, define-se como campo empírico de pesquisa a Comunidade do Cumbe, localizada no município de Aracati, litoral leste do Ceará, por representar um local de elevado interesse turístico, marcado por lutas territoriais: de um lado, grupos de empresários que exercem pressão sobre os espaços e, de outro, moradores da comunidade que resistem e lutam pelo direito de permanência e uso do território pesqueiro e quilombola. Com foco nessa realidade, busca-se analisar a prática do turismo comunitário na Comunidade do Cumbe, por meio do rastreamento dos seus significados, ações, conexões e efeitos sobre esse território.

Este artigo está estruturado em três seções principais. Na primeira, apresenta-se o turismo de base comunitária a partir de suas premissas e a particularidade dessa prática quando realizada em territórios quilombolas, trazendo um arcabouço legislativo que ampara essas comunidades remanescentes. Já a segunda seção descreve os procedimentos metodológicos que guiaram a pesquisa. Posteriormente, segue-se a análise dos resultados obtidos empiricamente sobre o turismo comunitário quilombola, suas complexidades e desafios frente à luta e resistência pelo território do Cumbe.

## REVISÃO TEÓRICA

Diversas práticas de turismo de base comunitária (TBC) vêm compondo um movimento de experimentação de novas formas de turismo construídas em contraposição aos padrões que seguem as convenções economicistas do setor. Uma de suas perspectivas sinaliza que o TBC se baseia na “propriedade e na autogestão sustentável dos recursos patrimoniais comunitários, de acordo com as práticas de cooperação e equidade no trabalho e na distribuição dos benefícios gerados pela prestação dos serviços turísticos” (Maldonado, 2009, p. 30). Com esse propósito, desde os primeiros estudos sobre esse tema, tem-se apontado a participação efetiva dos moradores das comunidades por meio da parceria e responsabilidade como o principal ponto de partida de todo o processo (Irving, 2002).

De acordo com Diegues (1995), essas comunidades costumam promover o turismo em seus territórios sem visar diretamente ao lucro ou a outro benefício material que se possa tirar disso, mas, sobretudo, a reprodução social e cultural de suas realidades existenciais. Sendo assim, o surgimento do TBC foi marcado por alguns princípios que servem como balizadores para a tomada de decisão e ação em prol dessa prática: (a) desenvolvimento do TBC de modo integrado às demais atividades produtivas, reaggregando e fortalecendo as possibilidades de melhorias de vida local; (b) dinamização do capital local, aumentando a geração de emprego e renda por meio de empreendimentos protagonizados pelos moradores locais; (c) planejamento descentralizado e participação das comunidades em todos os âmbitos de intervenção e decisão sobre as demandas locais; e (d) regularização fundiária, de modo que garanta a posse da terra às comunidades tradicionais (Coriolano & Lima, 2003). Na medida em que essas experiências foram avançando, recuando, aprendendo e se transformando, outros elementos contribuíram para a construção dessa proposta, tais como: a noção de pertencimento de grupo e de identidade; a promoção de uma relação dialógica entre turista e comunidade (Irving, 2009); a luta coletiva em busca de direitos contra grandes empresários que ameaçam o modo de vida local e tentam ocupar o território tradicional que repercutem na organização e articulação do trabalho em rede (Moraes, 2019); a valorização, a preservação e o reconhecimento do patrimônio como um espaço de resistência e de luta política pelo território e direitos sociais (Santos, 2024), elementos que permeiam tanto o modo organizativo e a articulação política quanto a própria vivência do TBC.

Nesse sentido, o TBC implica uma dinâmica para além do planejamento operacional para a recepção de visitantes (Moraes; Mendonça, & Estevão, 2023). Em geral, o que mais atrai os visitantes é a oportunidade de conhecer o modo de vida dos moradores locais, acompanhado das suas histórias, culturas e tradições, que seguem vivas e resistindo no decorrer do tempo. Logo, a preparação para a recepção de visitantes está voltada para um intercâmbio cultural e troca de conhecimentos, aproximando o visitante ao cotidiano local. Em outras palavras, os visitantes vivenciam o que é permitido pela comunidade, tornando a experiência singular e memorável.

Isso posto, Mendonça, Santos e Leite (2020) destacam a diversidade de significados sobre esse termo que emerge localmente por meio das vozes que ecoam dos territórios de TBC. Dessa maneira, embora o turismo de base comunitária possa ser referenciado com base em premissas comuns presentes em comunidades que se propõem a realizá-lo, cada realidade apresenta suas singularidades e complexidades, reproduzindo em seus territórios suas diferentes dinâmicas e modos de existência que afetam diretamente o modo de saber-fazer essa prática. Sob essa ótica, cabe perguntar: como o turismo de base comunitária se constitui em territórios quilombolas?

As comunidades quilombolas se apresentam como um símbolo de resistência, em que a luta pelo território é constante, visto que permite a manutenção e a reprodução da vida do seu povo. Logo, o turismo nesses espaços pode ser compreendido como uma forma de fortalecimento das comunidades, sendo responsável por aumentar a visibilidade da história por meio de um resgate da memória e da ancestralidade negra. Nesse sentido, Santos (2019) afirma que a reprodução da cosmovisão quilombola convoca o turismo aquilombado.

Segundo Arruda, Xavier e Mariani (2021), os territórios quilombolas são habitados por pessoas com fortes laços afetivos e de ligação entre si, não raro provenientes de relações de parentesco, o que propicia o estabelecimento de ações coletivas e participativas. Isso contribui para a história de luta e resistência dessas comunidades nas quais pessoas negras aquilombadas (re) existem ante as múltiplas forças contrárias que tentam reduzir e aniquilar esses sujeitos. A maioria dessas

comunidades, atreladas às suas manifestações culturais relacionadas à gastronomia, à religiosidade, à dança e a outros hábitos tradicionais perpetuados por esses grupos, localiza-se em áreas de natureza preservada. Sendo assim, os autores entendem, com base na experiência do Mato Grosso do Sul, que a beleza cênica e paisagística dos territórios, a cultura, a identidade e o modo de ser quilombola, como também a sua religiosidade, representam elementos relevantes que podem contribuir para catalisar o TBC quilombola.

Todavia, é importante ressaltar que a vida nos territórios quilombolas é marcada por conflitos e desafios. Para compreender essa complexa realidade social, Cardoso e Bonfim (2020) afirmam, a partir do seu estudo na Bahia, a necessidade de relacionar o turismo a alguns fenômenos sociais, como especulação imobiliária, ausência de segurança pública, falta de saneamento básico, dificuldade de acesso a serviços de saúde, dentre outras questões que afligem o cotidiano desses grupos. Assim, pensar o TBC em um contexto de pobreza, como nos territórios quilombolas, ressoa na luta constante pela sobrevivência e na necessidade de preservação das práticas culturais e históricas. O TBC, dessa forma, passa a fazer parte da cultura popular fecunda, o que demanda que essa pauta seja articulada à educação quilombola. Os autores defendem que a educação quilombola é capaz de promover, cada vez mais, o protagonismo dos sujeitos na luta por melhores condições de vida para as famílias tradicionais (Cardoso & Bonfim, 2020), o que se torna fundamental para desenvolver essa proposta de turismo.

Por conseguinte, é importante que os quilombolas percebam e se apropriem do turismo enquanto uma estratégia para o seu desenvolvimento, com foco nas práticas socioculturais e no patrimônio cultural e natural local, assim como fonte de geração de renda, como mecanismo de preservação ambiental, de valorização cultural e de educação étnico-racial. Dessa forma, o turismo poderá favorecer a comunidade em termos econômicos, divulgando a cultura quilombola, atraindo estudios e pesquisas científicas, criando atividades de lazer, minimizando a discriminação e o racismo e partilhando os seus saberes e fazeres, como ocorreu no Tocantins (Sudré & Figueiredo, 2023).

Entretanto, nesse processo, Carmo, Silva e Deus (2018) ressaltam que a comercialização dos roteiros de TBC quilombola, por exemplo, no Norte de Minas Gerais, e o alcance de renda complementar apresentam sérios entraves, em função da ausência de uma pessoa jurídica responsável ou corresponsável pelo gerenciamento da venda dos roteiros e das divisas geradas. Isso porque essa situação se torna conflituosa ao se deparar com a prática do TBC, visto que os comunitários envolvidos são, em sua maioria, trabalhadores rurais e quilombolas assegurados pela previdência social. A possibilidade de se tornarem microempreendedores individuais ou se vincularem a cooperativas ajudaria na formalização dos serviços atribuídos (pagamento de impostos e emissão de notas fiscais). Porém, a sazonalidade da visitação e o tempo de médio e longo prazo, que exige um processo de fortalecimento do TBC no território, dificultariam que as atividades se sustentassem economicamente. Logo, nesse caso, substituir o trabalho cotidiano de camponeses, lavradores e artesãos pelo turismo não seria vantajoso. Diante da informalidade do TBC, nessa região, outra questão emergente é a necessidade de definição de instrumentos orientadores das relações comerciais, a fim de evitar conflitos internos na divisão dos ganhos e minimizar os riscos de não cumprimento dos acordos verbais.

Já nas comunidades quilombolas do Vale do Ribeira de São Paulo, o TBC é atrelado aos princípios da economia solidária em diversos processos, como no levantamento do interesse na implementação do turismo, nas reflexões e nos diálogos comunitários, na identificação dos patrimônios e na formação de redes. Isso porque a economia solidária contribui para fortalecer a cultura de solidariedade, de cooperação e de autogestão. Assim, o turismo de base comunitária é entendido como uma estratégia viável para esses quilombos, que determinam os rumos dessa prática, em busca da melhoria da qualidade de vida e da manutenção da juventude em seu território (Silva, Gomes, & Faria, 2021).

Ainda assim, inúmeras dificuldades são enfrentadas para o desenvolvimento do TBC em territórios quilombolas. Xavier, Mariani e Arruda (2023) ressaltam a inexistência de políticas, diretrizes, normas e regulamentações eficientes, a comunicação inefficiente entre gestores públicos e lideranças locais, a ausência de planos de gestão de produção agrícola e de visitação, além da falta de incentivo de recursos financeiros e a resistência e a desconfiança da comunidade com quem vem de fora. Portanto, a carência ou mesmo a descontinuidade de políticas públicas efetivas e coordenadas que amparem as demandas das comunidades quilombolas, inclusive no âmbito da habitação, do trabalho e da conservação por meio do TBC, constituem uma realidade concreta (Arruda, Xavier, & Mariani, 2021), o que contribui para reforçar a invisibilidade, a vulnerabilidade e o desrespeito a essas comunidades.

Por outro lado, observam-se algumas iniciativas que tentam superar alguns desses obstáculos. No caso da REDETUR da Rota dos Quilombos (MG), uma das estratégias adotadas tem sido o estabelecimento de parcerias com as Câmaras de Vereadores e a participação nos diversos Conselhos Municipais, levando as demandas reconhecidas em rede para esses espaços formais de debate, consulta e deliberação coletiva (Carmo, Silva, & Deus, 2018).

Já na região turística da Costa Verde Fluminense, os territórios quilombolas presentes trouxeram à tona uma proposta de TBC que ainda é invisível no mapa turístico das prefeituras de Angra dos Reis e Paraty (RJ). Assim, o Fórum de Comunidades tradicionais (FCT) de Paraty, Angra e Ubatuba criou o seu próprio mapa que, além de turístico, é também um mapa político-social, unindo quilombolas, caiçaras e indígenas, em prol da luta pelo acesso à terra, saúde e educação diferenciada, como condições mínimas necessárias para a permanência desses povos e comunidades em seus territórios e para o respeito à sua identidade cultural (Mendonça, Santos, Lopes, Andrade, & Moraes, 2017).

De acordo com Moraes (2019), como a competição e os conflitos sobre o território e bens naturais estão presentes na prática de TBC, ele não pode ser considerado um processo neutro. Inclusive, vale acentuar que a luta territorial é uma característica que também assola outras realidades do TBC, como em terras indígenas e unidades de conservação, ainda que o direito de posse e o de propriedade do território seja reconhecido pelo Direito Estatal.

No âmbito mundial, para compreender a dimensão dos reconhecimentos dos direitos dos quilombolas, a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre Povos Indígenas e Tribais, em seu artigo 14, determina a todos os signatários, incluindo o Brasil:

Dever-se-á reconhecer aos povos interessados os direitos de propriedade e de posse sobre as terras que tradicionalmente ocupam. Além disso, nos casos apropriados, deverão ser adotadas medidas para salvaguardar o direito dos povos interessados de utilizar terras que não estejam exclusivamente ocupadas por eles, mas às quais, tradicionalmente, tenham tido acesso para suas atividades tradicionais e de subsistência (OIT, 2011).

Sob esse tratado, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, em seu artigo 68, reconhece o direito das comunidades quilombolas à propriedade definitiva de seus territórios e cria o dever do Estado de emitir respectivos títulos (Brasil, 1988). O processo para o reconhecimento desse direito e para a emissão dos títulos está regulamentado no Decreto n. 4.887/2003. De imediato, o Decreto conceitua quem são os remanescentes das comunidades dos quilombos:

Art. 2º Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida (Brasil, 2003).

A Certidão de Autorreconhecimento é emitida pela Fundação Cultural Palmares. Em seguida, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) é o responsável pelo procedimento de regularização fundiária de terras quilombolas, elaborando o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID), utilizado como principal ferramenta para demarcação das terras, reconhecendo a demarcação do RTID e outorgando o título coletivo de propriedade aos remanescentes (INCRA, 2024). A comunidade interessada possui o direito de acompanhar e participar de todas as etapas do processo de regularização em nome próprio ou por meio de um representante, principalmente, durante a elaboração do RTID. Entretanto, na prática, o processo administrativo se apresenta de modo extenso e burocrático, o que tende a tornar o sonho do território de vida algo utópico para muitas comunidades. Isso porque, segundo Cordeiro (2020), o território quilombola está localizado no confronto entre modos de vida e disputas pela produção e reprodução de determinada porção do espaço, o que influencia o processo de titulação da terra quilombola.

Nesse sentido, os caminhos percorridos até a titularização de territórios quilombolas afetam diretamente a construção do TBC nessas comunidades tradicionais, visto que se ocasionam a insegurança e a instabilidade no ambiente habitado. Nesse sentido, o território é fundamental não só para a existência das famílias, mas também para a construção do TBC, o que implica a regularização desse espaço, a fim de possibilitar aos moradores o direito de uso e novos relevos para a socialização com os visitantes.

## METODOLOGIA

Na busca por novos olhares sobre o tema turismo de base comunitária, a presente pesquisa social é de caráter exploratório e possui abordagem qualitativa. Segundo Godoy (1995), essa abordagem possibilita a obtenção de dados descritivos por meio do contato direto entre o pesquisador e a temática em análise e viabiliza a compreensão dos fenômenos a partir de uma perspectiva dos sujeitos, ou seja, dos participantes da pesquisa. Ademais, Minayo (2010) ressalta que a abordagem qualitativa valoriza a profundidade das relações, valores e costumes de uma sociedade, influenciando na proximidade e subjetividade dos sujeitos envolvidos.

Os procedimentos metodológicos utilizados consistiram em: (a) pesquisa bibliográfica e documental; (b) aproximação com lideranças da comunidade visitada; (c) pesquisa de campo; (d) tratamento e análise dos dados.

A pesquisa bibliográfica consistiu na busca, seleção e análise de publicações com temas que auxiliaram o embasamento de conceitos e argumentos para a construção teórica deste trabalho. O levantamento foi realizado por meio do Google Acadêmico, Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e Scientific Electronic Library Online (SciELO), plataformas que abrangem diversas bases de dados contendo periódicos que versam sobre a temática relacionada a turismo de base comunitária, comunidades tradicionais, territórios quilombolas e afins.

A pesquisa documental foi realizada mediante consultas a materiais e reportagens produzidas e divulgadas em jornais, revistas e websites, com temas relacionados a territórios quilombolas e com foco na Comunidade Quilombola do Cumbe. Além disso, foram realizadas consultas a publicações em sites e redes sociais, como Instagram e Facebook de organizações não governamentais, redes de apoio e movimentos sociais com atuação direta na comunidade estudada.

A aproximação prévia com algumas lideranças do Cumbe foi necessária para apresentar o propósito da pesquisa para os moradores locais e futuros anfitriões durante o período em campo. O contato foi feito por meio do Whatsapp e de reuniões no Google Meet, contribuindo para um melhor planejamento do campo. Durante a pesquisa de campo, ocorrida durante todo o mês de janeiro de 2024, foram utilizadas a técnica de observação participante com acompanhamento das atividades diárias na comunidade em análise e entrevistas semiestruturadas com lideranças envolvidas na prática de TBC na comunidade, com apoio de diário de campo, focalizando a origem, o modo de organização, a atuação dos quilombolas no processo e os problemas e os desafios enfrentados no território. As entrevistas foram iniciadas com a apresentação do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) no qual foram contextualizados a pesquisa e seus objetivos. O documento foi lido e assinado pelos entrevistados, permitindo a gravação da conversa e a utilização dos dados levantados. Essa medida está de acordo com as exigências do Conselho de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), que aprovou esta pesquisa pelo número do parecer: 6.548.121. O perfil das quatro lideranças do Cumbe entrevistadas está sistematizado no Quadro 1.

**Quadro 1: Perfil dos entrevistados**

Entrevistado	Ocupação	Idade	Grau de escolaridade
Entrevistada A	Pescadora, Presidente da Associação Quilombola do Cumbe, participante do grupo de Turismo Comunitário	48 anos	Ensino Médio completo
Entrevistada B	Pescadora, participante do grupo de Turismo Comunitário	43 anos	Ensino Médio completo
Entrevistado C	Pescador, participante do grupo de Turismo Comunitário	43 anos	Ensino Fundamental completo
Entrevistado D	Educador Popular, participante do grupo de Turismo Comunitário	50 anos	Doutorado em História

Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

De acordo com Moraes, Mendonça e Estevão (2023), essas ferramentas utilizadas para a realização da pesquisa qualitativa sobre TBC podem oportunizar “um movimento de pesquisa que se faz ‘com’ e não ‘sobre’ os atores rastreados, apreendendo a realidade do que se pesquisa em constante diálogo com diferentes saberes” (Moraes, Mendonça, & Estevão, 2023, p. 8). Logo, as escolhas metodológicas da presente pesquisa foram pensadas, a fim de proporcionar um estudo cuidadoso e sensível sobre a realidade do território e o povo do Cumbe.

Por fim, para o tratamento dos dados coletados, foi adotada a técnica de análise categorial temática, segundo a Análise de Conteúdo (Bardin, 2004). Foi realizada a transcrição das entrevistas realizadas, cujas informações foram organizadas em categorias temáticas, levando em consideração as premissas teóricas do TBC e os objetivos da investigação. Os temas gerados pela pesquisa referiram-se, principalmente, às questões fundiárias e ao desenvolvimento do turismo comunitário. Dessa forma, cumpre ressaltar que se trata de um estudo transversal, apresentando uma perspectiva parcial de saberes localizados e comprometidos com o Cumbe.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

Localizada no município de Aracati, no estado do Ceará, a comunidade quilombola do Cumbe está na margem do Rio Jaguaribe e suas ilhas, cercada por manguezais, dunas, lagoas e mar. De origem africana, o termo Cumbe se refere aos espaços onde as pessoas escravizadas se refugiavam e resistiam, entendido também como quilombo, remetendo à ancestralidade e sendo um dos marcadores africanistas da comunidade. Composta por cerca de 170 famílias, 100 delas, aproximadamente, autodefinem-se como quilombolas, a comunidade tem como principal atividade econômica a pesca artesanal, destacando-se também, na dinâmica produtiva, a agricultura familiar, o artesanato e o turismo comunitário. Os modos de vida e trabalho na comunidade são conduzidos pelas concepções de agricultura familiar e agroecologia, artesanato, pesca artesanal, valorização e preservação do patrimônio afro-brasileiro, defesa do território e da natureza, afirmação e autodefinição da identidade quilombola e turismo comunitário (FIOCRUZ, 2023). Nesse sentido, o turismo desenvolvido no local preza pelo intercâmbio cultural entre os visitantes e os moradores, valorizando as crenças, as tradições e os costumes, construindo, assim, uma nova abordagem acerca dessa prática.

O Quilombo do Cumbe está localizado próximo à praia Canoa Quebrada, um dos destinos turísticos indutores reconhecido pelo Ministério do Turismo (MTur), que fica situado no mesmo município e atrai um elevado fluxo de turistas. Essa proximidade geográfica aumenta a ameaça de especulação imobiliária e a circulação de pessoas na região, intensificando as lutas territoriais enfrentadas no território. Isso faz parte de um cenário de políticas governamentais de fomento ao turismo no litoral do Ceará, que, desde 1990, refletiram a lógica global de incentivo à implementação de grandes cadeias de hotéis e demais empreendimentos e produtos padronizados. Dessa forma, os agentes do turismo convencional geraram disputas desiguais de posse de territórios, descaracterizaram costumes, paisagens e culturas e desarticularam as atividades econômicas tradicionais, a fim de atender às demandas globais do setor (Matos, Araújo, & Teixeira, 2013).

Além disso, há anos, a comunidade vem enfrentando conflitos, devido à instalação de grandes empreendimentos no local, como a Companhia de Água e Esgoto do Ceará (CAGECE), a Energia dos Ventos e os diversos tanques de carcinicultura. Os dois primeiros empreendimentos foram instalados nas dunas e o terceiro, nas áreas de mangue, causando diversos impactos socioambientais e alterando o modo de vida tradicional da comunidade (Santos & Santos, 2020). A instalação desses empreendimentos culminou na privatização de áreas do território e na destruição de um ecossistema manguezal, violando, dessa forma, direitos constitucionais.

Os efeitos da instalação desses empreendimentos estão explicitados nos seguintes relatos:

[...] Nunca vou dizer que esse lugar não é bom, que o manguezal precisa ser morto pra botar uma carcinicultura, que nossas praias têm que ser privatizadas por conta da energia eólica. O que se discute hoje é que é uma energia limpa, é uma energia renovável, é a energia do futuro, e aí eu fico me perguntando “que energia limpa é essa se ela tá me impactando todo dia? Ela tá me destruindo todo dia?” [...] a energia ela prejudicou de tal forma nossa vida, que eu não sei te dizer se ela é limpa (Entrevistada A).

O nosso principal desafio aqui é combater o empreendimento, porque eles vêm pra ocupar o território da comunidade, e o nosso território tá sendo cada vez mais violentado e destruído (Entrevistado C).

Como forma de reação, organização e resistência, em maio de 2012, os remanescentes quilombolas da comunidade criaram a Associação Quilombola do Cumbe, a fim de se articular e reunir forças, ideias e decisões para enfrentar coletivamente as constantes ameaças ao território e ao modo de vida tradicional.

Uma conquista da comunidade foi a certificação pela Fundação Cultural Palmares, em dezembro de 2014, reconhecendo-os como remanescentes quilombolas. Com isso, iniciou-se o processo de demarcação da área via INCRA. Porém, o processo de demarcação do território encontra-se paralisado, devido ao pedido de anulação da certificação por parte dos empresários (que entendem esses grupos como atrasados ou não desenvolvidos) e de alguns moradores da comunidade cooptados (que discordam da autodefinição quilombola e possuem interesses econômicos adversos). Isso porque a disputa pelo título determinará que a terra possa, ou não, ser dividida, vendida, loteada, arrendada ou penhorada.

Frente às constantes ameaças sofridas, surge como nova estratégia de defesa o turismo comunitário, que passa a ser desenvolvido de modo articulado às demais atividades produtivas realizadas no território. Tal prática, baseada na autogestão, passa a atuar como instrumento reterritorializante, promovendo um reforço étnico, cultivando o caráter local no turismo e dando maior visibilidade aos conflitos territoriais sofridos pela comunidade (Santos, 2018). Esse processo consegue se formar e fortalecer com o envolvimento dos quilombolas também no Movimento Quilombola do Ceará, Movimento de Pescadores Artesanais (MPP), Teia dos Povos do Ceará, Organização Popular (OPA) (Nascimento, Oliveira, & Jesus, 2023), além da Rede Cearense de Turismo Comunitário (Moraes, 2019).

Os fatores motivacionais que mobilizaram os primeiros passos de construção do TBC no Cumbe estão elucidados nos depoimentos adiante.

Encontrar, através do turismo comunitário, uma forma de visibilizar, de ocupar esse território, de mostrar também para as autoridades, né, que a gente fazia uma crítica ao turismo de massa, mas a gente apresentava uma outra alternativa (Entrevistado D).

A gente começou a trabalhar com o turismo comunitário foi por causa da resistência da comunidade, da luta, porque a gente começou a lutar para defender o território e uma das estratégias da gente era trazer gente de fora para conhecer a realidade da comunidade, pra poder divulgar, nos ajudar, nos apoiar (Entrevistado C).

O turismo comunitário ele é em prol das pessoas terem sua renda, isso é muito bom, mas é em prol também do fortalecimento de todo o território e de toda aquela cadeia que vem se alimentando daquilo, né. Então, assim, eu faço turismo comunitário, mas eu digo, o que eu tô fortalecendo dele, né, eu tô fortalecendo as minhas origens, eu tô fortalecendo da onde eu vim, a minha vida de pescadora, os pescadores que estão ali, o território, o quanto ele é importante. Pra mim, o meu significado de turismo comunitário gira muito em torno disso, de fortalecer aquilo que já tem na comunidade, porque, se for só o turismo por turismo e não apresentar e não fortalecer nada, pra mim sai de contexto. Então, assim, não vamos colocar o ganho só por ganhar, né? Não vou fazer o turismo comunitário só por ganhar, mas vou fazer o turismo comunitário pra vivenciar, pra contar história, ir pro rio, ir pra duna, dizer o quanto aquilo ali é importante para aquela família [...] porque, se o pessoal vem pra cá e vai embora e não tem nem uma lógica do que é aquele turismo, de onde tá saindo aquele alimento, fica uma coisa muito comercial (Entrevistada B).

Nesse sentido, pode-se reafirmar que a organização do turismo comunitário pode ser compreendida como uma ferramenta estratégica de fortalecimento coletivo, além de uma fonte de complemento da renda familiar.

Como já mencionado na revisão teórica, a prática de TBC é fundamentada em algumas premissas, como a autogestão dos empreendimentos, a realização de atividades que proporcionem intercâmbio cultural, a geração de trabalho e renda local, o fortalecimento das demais atividades produtivas, entre outros. Vale mencionar que o turismo comunitário no Cumbe abrange todas essas premissas mencionadas anteriormente. Dito isso, foram elencadas quatro premissas que apresentaram maior destaque sob a perspectiva da pesquisa de campo. Em outras palavras, pode-se dizer que as demais premissas são mais comuns em diversas experiências pelo Brasil (Moraes & Mendonça, 2024), mas o Cumbe desenvolve as suas práticas reverberando alguns princípios em especial.

## Geração de Emprego e Renda Local

O turismo comunitário articula-se às outras atividades produtivas realizadas na comunidade. Dessa forma, ele pode ser compreendido como uma atividade complementar e não de substituição às demais atividades econômicas.

No depoimento a seguir, uma das entrevistadas relata a sua relação com o turismo comunitário realizado no Cumbe. Nota-se a contribuição dessa prática para a complementação da renda familiar e também a afetividade nas relações entre a comunidade e os visitantes, que criam laços para além daquela experiência.

O turismo foi estratégico pra luta, uma forma também da gente se fortalecer, e começar a entrar uma renda, também, uma complementação de renda. Não que a gente esteja vivendo do turismo, mas é uma complementação. Tá no meu quintal, né, o meu quintal, eu digo que eu fico feliz de tá no meu quintalzinho e ter um quartinho pra receber alguém, um estudante, um visitante, sabe? E é uma relação de muito afeto, você cria laços com as pessoas que vêm, você conta a sua história, né, você conta um pouquinho da sua vivência na comunidade [...] é dizer que foi estratégia da luta, e que a gente se fortalece através do turismo comunitário (Entrevistada A).

No Cumbe, a principal fonte de renda é a pesca artesanal que garante não só a renda, mas também a subsistência das famílias, ou seja, o Cumbe é um território quilombola e também pesqueiro. De acordo com os relatos abaixo, fica evidente que o turismo comunitário cumpre um papel fundamental no fortalecimento da pesca artesanal na comunidade.

Muitas famílias ainda vivem da cata do caranguejo, muitas famílias pescam o peixe, muitas famílias tiram ainda o marisco, e assim, indireta e diretamente, né. Aquelas famílias que não tiram pra vender, mas tiram pra comer, né, então assim, a gente tem um rio aí que dá uma abundância a gente de alimentos, coisas que a gente podia tá comprando caríssimo e vai ali e tira bem facinho, e tira pra comer uma semana, tira pra vender, tira pra dar pro familiar, tira pra vender pro turismo comunitário. Eu digo que o turismo comunitário hoje, né, ele tá sendo também uma complementação né, de tirar a renda do turismo comunitário, mas também de fortalecer aquele pescador, que, muitas vezes, vende aqui dentro da comunidade (Entrevistada B).

[...] O turismo comunitário ele foi pensado muito em cima disso, tanto para a gente ter uma renda, mas também pra melhorar aquilo que já se tinha, que era a pesca. O fortalecimento da pesca, dos locais que a gente leva, né, do território. E aí a gente foi se organizando e hoje, né, a gente tá nesse grupão maior e tal e na organização, no turismo comunitário, na organização de contar história, na organização de abrir um restaurante, na organização de fazer comida, na organização de receber alunos, visitantes (Entrevistada B).

Nesse sentido, o TBC beneficia diretamente não só as pessoas atuantes, mas também outros trabalhadores, indiretamente. As famílias que têm a pesca como única fonte de renda expandem as suas vendas para a recepção de turistas, fazendo com que a renda permaneça e circule na comunidade (Figura 1).

**Figura 1: Dia de pesca e deslocamento de um grupo, organizando um passeio de turismo comunitário**



Fonte: Benetti (2024).

Além disso, o turismo comunitário movimenta diversas outras áreas na comunidade, como os passeios pelas mais diversas belezas naturais, o artesanato das labirinteiros e pequenos comércios, como lanchonetes, restaurantes, bares e mercados. Dessa forma, nota-se o envolvimento e a distribuição de diferentes tarefas entre as famílias quilombolas, como é o caso mencionado pela entrevistada B.

E aí eu sou uma das que faz, né, que junto com a associação quilombola, mas que tá à frente, sempre dessa parte do turismo comunitário, tô à frente, mas não sou só eu que faço, né, tá eu fazendo, tá a associação como sede também fazendo, tá a Cleomar, tá o João, tá o Ronaldo, né, direto, e indiretamente tem outras pessoas, porque já tem os artesãos, que muitas vezes os visitantes eles vêm aqui e eles levam, eles vão lá visitar, né, tem um mercadinho, tem uma outra pessoa que ajuda no trabalho, de cozinhar, de arrumar, né, e assim a gente tá seguindo [...] Dentro do turismo comunitário, eu vejo uma forma muito boa de desenvolver o lugar, desenvolver as pessoas, né, e as pessoas mesmo terem a chance de fazer o seu próprio trabalho (Entrevistada B).

No depoimento acima, a entrevistada demonstra a sua percepção acerca das possibilidades que o turismo comunitário fornece para a comunidade, como melhorias sociais e a oportunidade de os moradores serem autônomos, donos do seu próprio negócio.

Outro fator importante são as festividades e tradições, que atraem visitantes de diversos estados e geram bastante renda para as famílias locais, fortalecendo o sentido de comunidade. A título de exemplo, tem-se a tradicional “Festa do Mangue”, que acontece anualmente e que, além da visibilidade, vem gerando renda significativa para a comunidade. Nos depoimentos a seguir, nota-se que até mesmo as pessoas que não participam do turismo comunitário se beneficiam desses eventos.

Eu vejo muitas pessoas já tendo essa visão que é bom, né, porque tipo, às vezes eu faço e turismo aqui e muitas vezes eu tô com muita clientela aqui pra receber, e muitas vezes eu digo “olha, hoje eu não vou fazer uma janta”, aí nessa janta que eu não faço, o turista já vai ali [...] Muitas vezes também, até de uma pessoa que é contrária a nós, que ela também tem chalés, muitas vezes não cabe aqui nos nossos. Na festa do mangue é uma, a festa do mangue a gente faz render uma renda imensa aqui dentro da comunidade, né, aí a gente aluga as casas, e a pessoa fica dizendo “olha, essa festa do mangue e tal, isso gerou muito dinheiro dentro da comunidade”. Na festa do mangue a gente aluga mais de dez casas, fora o pessoal que vem e aluga os quartinhos e chalés, fora os restaurantes (Entrevistada B).

A festa do mangue que nós fizemos esse ano foi ganho 51 mil reais em três dias, com alimentação desse pessoal, noites culturais, com aluguel de casas, com oficina. Ficou tudo na comunidade, não foi pra fora não, ficou tudo aqui. Imagine, em três dias você gerar uma renda na comunidade... e fora, não contabilizamos as barracas de artesanato que tinha muitas e venderam muito, as barracas de lanche que veio muito (Entrevistado C).

Sendo assim, de forma complementar e não como uma substituição, o turismo comunitário contribui de forma direta e indireta para a geração de emprego e renda para as famílias quilombolas.

## Modo de Vida da Comunidade e o Visitante

Um dos principais diferenciais do turismo comunitário é a possibilidade de promover uma conexão mais próxima entre os visitantes e os anfitriões, transcendendo uma relação puramente comercial. Logo, o que mais encanta os turistas são a hospitalidade comunitária, as amizades e os laços criados por meio dessa experiência.

Nesse contexto, o que atrai os visitantes a uma comunidade tradicional não são necessariamente as belezas naturais do lugar e, sim, o modo de vida da comunidade, seus costumes, valores e tradições. Os turistas buscam uma experiência imersiva capaz de proporcionar intercâmbio cultural com os anfitriões, possibilitando uma troca de experiências e aprendizado de novos conhecimentos.

Nesse sentido, é fundamental esclarecer que o modo de vida da comunidade, apesar de ser uma motivação importante que atrai os visitantes, não deve ser compreendido como um atrativo turístico e um mero produto a ser comercializado. Essa visão gera uma preocupação no que tange à relação comunidade e visitante, principalmente quando o TBC é visto como um produto, a comunidade como um atrativo a ser consumido e o visitante como um cliente capaz de gerar lucro por meio da compra de serviços.

O relato destacado, a seguir, de uma das lideranças comunitárias, explicita o que o turismo realizado na comunidade significa para ela. A entrevistada ressalta a hospitalidade dos moradores demonstrada na recepção dos visitantes e aponta uma significativa diferença do tipo de recepção que costumeiramente ocorre em destinos de massa ou em meios de hospedagem que não se caracterizam dessa forma. Nessas situações, o hóspede passa a ser visto como um mero número de quarto, a relação não passa da superficialidade, baseando-se em uma recepção totalmente comercial e submissa ao cliente. Já na comunidade, os anfitriões desenvolvem um contato mais próximo e cuidadoso com os visitantes, o que se torna um grande diferencial na visão dos turistas.

O turismo comunitário é valorizar tudo isso. O turismo comunitário é eu chegar e dizer assim "olha, o turismo que a gente faz é mostrar nossa vida aqui, como é que a comunidade se organiza, como é que a gente usa nossas estratégias" (Entrevistada A).

[...] O turismo ele é isso, sabe, ele é cuidado com quem vem, a gente tem uma preocupação, né. Porque assim, a gente tá compartilhando os nossos costumes, nosso alimento, as nossas histórias, sabe. É muito forte, mulher. E tipo assim, você chega em uma pousada, você não sabe quem é que tá lá, quem é o dono, tu não conhece nada, a história daquele lugar. Aí tu vem pra uma comunidade, a gente pode sentar, a gente pode conversar à noite, a gente pode criar uma fogueirinha (Entrevistada A).

As experiências de turismo comunitário em territórios tradicionais refletem no tipo de turista que se interessa e procura por essas vivências. O perfil de turistas observados no local se caracteriza por serem aqueles preocupados com questões ambientais e interessados em conhecer a história do local, as tradições e os costumes revelados que também buscam experiências mais imersivas que transcendem a lógica capitalista de um turismo meramente comercial. Ademais, os entrevistados mencionaram a importância de receber estudantes e pessoas que simpatizam com a luta para contribuir com a troca de conhecimentos e a expansão de informações.

Em suma, o turismo comunitário no Cumbe se produz da junção do lugar e suas belezas e das pessoas que nele vivem. Nesse cenário, o que atrai os turistas é a imersão no modo de vida dessas comunidades quilombolas, além da compreensão de suas peculiaridades, identidade étnica e as histórias que nelas circundam. Trata-se de um momento de intercâmbio cultural, por exemplo, quando um pescador e guia turístico ensina curiosidades sobre o mangue e a cata de caranguejos para um grupo de turistas, visto que os caranguejos se apresentam como principal símbolo da cultura dos manguezais. Momentos assim possibilitam o visitante conhecer a cultura dos moradores locais e vivenciar experiências que serão levadas para a vida (Figura 2).

**Figura 2: Liderança comunitária ensinando sobre a riqueza do mangue**



Fonte: Benetti (2024).

Logo, o turismo comunitário realizado no Cumbe é marcado pela hospitalidade por parte dos moradores, o acolhimento, a relação de afeto e o vínculo criado com os visitantes. O turismo comunitário no Cumbe é fazer as refeições do dia na mesa junto com seus anfitriões, assistir à televisão na sala com a família, passar o domingo em um tradicional almoço de família às margens do Rio Jaguaribe, alimentar-se de comidas que carregam histórias e afeto, sair para pescar com um grupo de pescadores, assistir de perto aos artesãos trabalhando, conversar sobre a vida. O turismo comunitário no Cumbe expressa também encantamento, acolhimento, afeto e família.

## O Papel da Conservação da Natureza

Outro princípio do turismo comunitário no Cumbe é a valorização e a conservação do território. Nesse sentido, os moradores buscam proteger o território da ameaça de instalação de grandes empreendimentos, garantindo que os já instalados causem o mínimo impacto possível. Logo, o turismo realizado busca alternativas mais sustentáveis, respeitando o território e, de acordo com o relato abaixo, retribuindo todo o cuidado.

Eu vivi uma relação com o território que, assim, o território me abraçou, eu digo que nós temos uma troca de cuidado, por isso que eu digo, não somos donos, somos cuidadores do território, e aí o território cuida, e a gente retribui cuidando também (Entrevistada A).

O processo de defesa do território e do ambiente foi decorrente dos impactos que estavam sendo gerados em prol da instalação de grandes empreendimentos na comunidade. Inconformados com a destruição do ambiente que só aumentava, os moradores se articularam e se uniram para enfrentar esse problema. Foi reconhecida a importância dos manguezais para o ambiente, a comunidade e, principalmente, pelo seu papel no ecossistema global, conforme ilustram os relatos seguintes:

E, aí, quando eu me dei fé, eu estava liderando um grupo de pessoas aqui inconformadas com a destruição, principalmente do mangue. Então, o manguezal, de alguma forma, foi o ponto de agregação em torno da sua defesa, da preservação do mangue, da defesa do ecossistema manguezal como um todo, como o rio, a camboia, e que isso levou para uma discussão maior sobre o território, que até então não tinha, e, junto, somado a tudo isso, a questão de se autorreconhecer como uma comunidade quilombola (Entrevistado D).

Todos aderem à luta do mangue, porque o mangue ele tem um papel importantíssimo. O manguezal, além dele me dar alimento, renda, afeto e meu autocuidado, o mangue é importantíssimo até pelos processos hoje de mudanças climáticas. O mangue absorve o gás carbônico e libera muito oxigênio, ele é um filtrador (Entrevistada A).

Hoje, no Cumbe, é possível observar uma grande área totalmente destruída que antes era um mangue (Figura 3). Essa destruição ocorreu devido à presença das fazendas de criação de camarão, que foram instaladas próximo às áreas de mangue e causaram danos irreparáveis (FIOCRUZ, 2021).

**Figura 3: Área de mangue**



Fonte: Benetti (2024).

Outro fator que causou danos imensuráveis para a comunidade foi o vazamento de óleo que atingiu a costa do Nordeste em 2019, impactando diretamente as famílias que dependiam dos rios e mangues para a geração de renda e subsistência familiar (Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior, 2019). O acontecimento foi relatado como um dos períodos mais difíceis que os moradores já enfrentaram, visto que retratou a ruptura da pesca que representa a atividade de renda e o principal alimento consumido pelas famílias.

Nesse cenário, o turismo comunitário também pode ser compreendido como uma forma de atrair a atenção para a necessidade de conservação, além de incentivar a conscientização e a educação ambiental por meio do intercâmbio cultural. Logo, a interconexão entre o turismo comunitário e a conservação da natureza e cultura contribui para cuidar do território.

## Luta pela Regularização Fundiária

Como mencionado anteriormente, a comunidade está passando por um processo de regularização fundiária do seu território. O processo, que se encontra paralisado devido à pressão de pessoas contrárias à causa, vem afligeindo os moradores locais.

Considerando a importância do território no resgate e na preservação das histórias, costumes e tradições dos que lhes antecederam naquele local, a ameaça ao território se torna uma ameaça aos modos de vida que perpetuam na comunidade há séculos. Nesse sentido, o direito ao território é fundamental para a manutenção da vida e para a continuidade das tradições e costumes que fazem parte da comunidade (Figura 4). Porém, esse direito tem sido acometido em prol da lógica capitalista que vem se instalando e ocasionando a invisibilidade histórica e a ruptura da reprodução cultural na comunidade.

**Figura 4: Área de instalação de tanques de carcinicultura e privatização do território**



Fonte: Benetti (2024).

Os entrevistados defendem a necessidade do território para a geração de renda e subsistência, a prática do turismo comunitário e a manutenção das práticas e costumes, respectivamente. De forma geral, defendem a manutenção da vida no território.

Se você é uma comunidade que depende da pesca, do rio, do mar, das lagoas, e você tem seus territórios cortados, lógico que essas comunidades vão reagir a tudo isso porque está sendo tirado o direito de vivência dela, de alimentação e de trabalho (Entrevistada B).

O meu maior sonho mesmo é de ter o nosso território livre, que nem antigamente, o território ser passado para a comunidade. O território hoje não tá na mão da comunidade, tá na mão de quem se diz dono... entendeu? Ser demarcada, o meu maior sonho é esse, porque isso atrapalha muito o nosso turismo comunitário (Entrevistado C).

A partir dos relatos apresentados, reafirma-se a relação de importância e coexistência da garantia do território e o turismo comunitário. Para a realização do turismo, é imprescindível a regularização fundiária, vez que a prática só acontece devido ao território e aos cuidados que ele recebe por parte dos moradores. Em contrapartida, o turismo contribui para o fortalecimento da comunidade frente aos conflitos territoriais.

Em suma, os resultados obtidos por meio da pesquisa revelam a complexidade e alguns desafios do turismo comunitário no Cumbe, atravessado pela luta e a defesa do território, que continua sendo a principal questão reivindicada e protagonizada pela comunidade. Nesse sentido, cumpre ressaltar que a identidade quilombola, o artesanato, a pesca artesanal, o território garantido e a natureza conservada são elementos-chave que compõem o turismo comunitário nesse quilombo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa destaca-se pela busca de respostas e novos problemas sobre o TBC em territórios quilombolas a partir dos saberes dos porta-vozes da Comunidade do Cumbe. Portanto, buscou-se realizar uma pesquisa “com” a comunidade e não “sobre” ela. A escolha metodológica possibilitou o acompanhamento da dinâmica da comunidade com outros atores do turismo comunitário, possibilitando que se procedesse a uma reflexão conjunta acerca do processo. Essa forma de abordagem em pesquisa se tornou um tanto peculiar, tendo em vista que, segundo Melo e Rodrigues (2024, p. 1), a relação universidade-comunidade pode ampliar as chances de associar conhecimento quilombola acadêmico e tradicional na composição dessas experiências, ou seja, “aquilombando-se e construindo um TBC aquilombado”.

Pelos resultados alcançados, reafirmou-se que o turismo comunitário tangencia os demais temas tratados ao longo da pesquisa. Cumpre ressaltar que o turismo comunitário no Cumbe, desenvolvido como uma estratégia de defesa e resistência frente às constantes ameaças territoriais sofridas na comunidade, apresenta-se como uma atividade complementar de renda familiar que se agrega à pesca artesanal. Ademais, a sustentabilidade e a conservação ambiental se concretizam por meio das ações cotidianas e da difusão de princípios da educação e conscientização ambiental aos visitantes, ou seja, o turismo comunitário contribui para o cuidado do território, que é mar, terra, manguezal, animais, pessoas, negros, artes... coisas.

Portanto, o turismo comunitário e o território possuem uma relação de interdependência, já que a posse/propriedade da terra possibilita o turismo, enquanto o turismo fortalece a luta territorial. Dessa forma, reafirmou-se a importância do território para as comunidades tradicionais, o que possibilita não só a subsistência das famílias, mas também um complemento de renda. Logo, a regularização fundiária se apresenta como um procedimento fundamental para a manutenção dos modos de vida da comunidade, a identidade quilombola, trazendo maior segurança e estabilidade para os moradores e, consequentemente, para o turismo comunitário.

Esses desdobramentos e desafios do TBC em territórios quilombolas permitem ainda fazer um paralelo em relação a outras comunidades tradicionais. Afinal, seria possível apontar alguma diferença entre a dinâmica de construção do TBC em territórios quilombolas e a do TBC em outros territórios? Pela presente pesquisa, embora a prática de TBC realizada em territórios quilombolas se baseie em premissas comuns a outras experiências de TBC no país, a comunidade do Cumbe apresenta suas próprias singularidades e complexidades na relação indissociável com o território e os conflitos dele provenientes, além das questões identitárias e de ancestralidade.

É importante considerar, ainda, que o fato de os resultados obtidos terem sido baseados nas percepções de um grupo específico (lideranças envolvidas no turismo comunitário) representou uma limitação para o estudo. Portanto, recomenda-se que futuras investigações busquem ampliar a pesquisa, contemplando outras vozes e versões de moradores locais, a fim de abranger diferentes posicionamentos e controvérsias, além de retratar a realidade que se refaz e reagrega o TBC em comunidades quilombolas.

Considerando a produção acadêmica ainda incipiente sobre a prática do turismo de base comunitária em comunidades quilombolas, principalmente em relação ao Quilombo do Cumbe, a presente pesquisa contribuiu também para a ampliação da bibliografia acerca do tema que, nos últimos tempos, tem tido maior visibilidade. A realidade brasileira de comunidades quilombolas está sendo evidenciada. Pela primeira vez na história do país, o Censo Demográfico 2022 investigou a população quilombola, registrando a existência de 1,3 milhão de pessoas quilombolas (IBGE, 2024). O fortalecimento de suas vozes e de seus espaços tem influenciado a formulação de políticas públicas, como a instituição da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental Quilombola e o seu Comitê Gestor (Decreto n. 11.786/2023) e do Programa Federal Rotas Negras (Decreto n. 12.277/2024), que busca impulsionar o afroturismo (que está associado ao TBC) no país.

Dessa forma, este artigo reafirma a busca pelo protagonismo comunitário no processo de regularização fundiária, por meio de um movimento político-social-jurídico de luta e resistência pelo território, envolvendo diferentes atores, o que ecoa diretamente no processo de TBC.

## REFERÊNCIAS

- Arruda, D. de O., Xavier, L. F., & Mariani, M. A. P. (2021). As potencialidades em torno do Turismo de Base Comunitária em Territórios Quilombolas de Corumbá/MS. *Revista GeoPantanal*. UFMS, Corumbá/MS, 30, 227-244.
- Bardin, L. (2004). Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70.
- Bartholo, R., Sansolo, D., & Bursztyn, I. (Orgs.). (2009). Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem.
- Benetti, L. F. (2024). Somos cuidadores do Território: Turismo Comunitário na Comunidade Quilombola do Cumbe, Aracati/CE. [Trabalho de Conclusão de Curso. Graduação em Turismo] Universidade Federal de Juiz de Fora.
- Brasil. (2003). Decreto n. 4.887, de 20 de novembro de 2003. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília/DF.
- Brasil. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília/DF: Presidência da República, [2016].
- Cardoso, T. S., & Bonfim, N. R. (2020). Educação Quilombola e Turismo de Base Comunitária: possíveis diálogos na Comunidade do Quingoma. CULTUR, 14(1).
- Carmo, L. P., Silva, L. M., & Souza, J. A. (2018). Redetur – Rede de Apoio Integrado ao Turismo Quilombola de Base Comunitária no Médio Jequitinhonha/MG: Gestão de Turismo de Base Comunitária (GTBC). *Revista Expressão Científica (REC)*, 3(1), pp.105-109.
- Cordeiro, P. R. de O. (2020). Racismo e Regularização Fundiária dos Territórios das Comunidades Quilombolas da Bahia. Revista da ABPN, 12(Ed. Especial), Caderno Temático: "Geografias Negras", 32-53.
- Coriolano, L. N. de M. T. (2006). O Turismo nos Discursos, nas Políticas e no Combate à Pobreza. São Paulo: Annablume, 2006.
- Coriolano, L. N. de M. T., & Barbosa, L. M. (2010). Turismo e Especulação Imobiliária no Litoral Cearense. VII Seminário da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo 20 e 21 de setembro de 2010 – Universidade Anhembi Morumbi (UAM), São Paulo/SP. Disponível em: <https://www.anptur.org.br/anais/anais/files/7/159.pdf> Acesso em: 20 ago. 2024.
- Coriolano, L. N. M. T. & Lima, L. C. (2003). Turismo Comunitário e responsabilidade socioambiental. Fortaleza: EDUECE.
- Diegues, A. C. S. (1995). Povos e Mares: leitura em sócio-antropologia marítima. São Paulo: USP.
- Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ). (2021). Carcinicultura e energia eólica comprometem e colocam em risco a sobrevivência da comunidade quilombola do Cumbe, Ceará. Disponível em: <https://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/carcinicultura-e-energia-eolica-comprometem-e-colocam-em-risco-a-sobrevivencia-da-comunidade-quilombola-do-cumbe-ceara/> Acesso em: 21 ago. 2024.
- Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ). (2023). A resistência do Quilombo do Cumbe frente à apropriação territorial. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/noticia/2023/02/resistencia-do-quilombo-do-cumbe-frente-a-propriacao-territorial>. Acesso em: 21 ago. 2024
- Godoy, A. S. (1995). Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, 35(2), 57-63.
- Higgins-Desbiolles, F. (2018). A dualidade do turismo. Seminário Internacional Turismo e direitos num mapa de contradições. São Paulo: SESC São Paulo, 12 e 13 de junho de 2018, 20-22.
- Huffner, J. G. P., Martins, M. T. R., & Bastos, M. S. C. B. (2018). A possível atuação do Ecomuseu da Amazônia no desenvolvimento do turismo de base comunitária na Ilha de Cotijuba/PA. *Revista Turismo Visão e Ação*, 20(2), 235-248.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (2024). Censo 2022: População quilombola é mais jovem do que população total do país. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/39933-censo-2022-populacao-quilombola-e-mais-jovem-do-que-populacao-total-do-pais>. Acesso em: 24 jan. 2024.
- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). (2024). Quilombolas. Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/governanca-fundiaria/quilombolas>. Acesso em: 12 maio 2024.
- Irving, M. A. (2002). Participação: questão central na sustentabilidade de projetos de desenvolvimento. In: Irving, M. A. & Azevedo, J. Turismo: o desafio da sustentabilidade, 35-45. São Paulo: Futura.
- Irving, M. A. (2009). Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária: inovar é possível? In: Bartholo, R., Sansolo, D. G., & Bursztyn, I. (eds). Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras, 108-121. Rio de Janeiro: Letra e Imagem.
- Machado, A. de A. (2018). Turismo pra quem? Seminário Internacional Turismo e direitos num mapa de contradições, 34-35. São Paulo: SESC São Paulo, 12 e 13 de junho de 2018.
- Maldonado, C. (2009). O turismo rural comunitário na América Latina: Gênesis, características e políticas. In: Bartholo, R.; Sansolo, D. & Bursztyn, I. (Orgs). Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras, 25-44. Rio de Janeiro: Letra e Imagem.
- Matos, C. de F. A., Araújo, M. L. S., & Teixeira, M. do S. G. (2013). Interesses, políticas públicas e Desenvolvimento do turismo de Base comunitária no Ceará. *Revista Turismo Visão e Ação*, 15(3), 419-433.
- Melo, T. S. de, & Rodrigues, M. M. (2024). Aquilombar com a universidade: apontamentos sobre turismo de base comunitária como elemento de fortalecimento de territórios quilombolas. *Revista Latino-Americana de Turismologia*, 10, 1-13.

- Melo, T. S. de. (2018). Turismo e territórios: quem diz o que é desenvolvimento? Seminário Internacional Turismo e direitos num mapa de contradições, 28-30. São Paulo: SESC São Paulo, 12 e 13 de junho de 2018.
- Mendonça, T. C. M., & Irving, M. A. (2004). Turismo de base comunitária: a participação como prática no desenvolvimento de projetos turísticos no Brasil – Prainha do Canto Verde, Beberibe (CE). Caderno Virtual de Turismo, 4(4), 12-22.
- Mendonça, T. C. M., & Moraes, E. A. de. (2012). Reflexões emergentes sobre turismo de base comunitária, à luz da experiência no “Paraíso Proibido”: Vila do Aventureiro, Ilha Grande, Brasil. Journal of Tourism and Development, 4, 1169-1183.
- Mendonça, T. C. M., Santos, R. O., & Leite, M. C. S. (2020). Rede Nhandereko de Turismo de base comunitária: a resistência caiçara, quilombola e indígena tece um novo mapa de turismo na Costa Verde (RJ). In: Diálogos sociais em turismo: elementos hegemônicos e contra hegemônicos, 163-180. Belo Horizonte: Dialética.
- Mendonça, T. C. M., Santos, R. O., Lopes, P. C. B., Andrade, S. R., & Moraes, A. P. V. (2017). Turismo de base comunitária na Costa Verde (RJ): caiçaras, quilombolas e indígenas. Revista Brasileira de Ecoturismo, São Paulo, 10(2), 328-356.
- Minayo, M. C. S. (2010). O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 12. ed. São Paulo: Hucitec.
- Moraes, E. A. (2019). Siga os atores e suas próprias ações: nos rastros das controvérsias sociotécnicas do Turismo de Base Comunitária na Rede TUCUM - Ceará - Brasil. 2019. 349 f. [Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro]. Instituto de Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social, 2019.
- Moraes, E. A. de, & Mendonça, T. C. de M. (2024). Turismo de Base Comunitária no Brasil: pistas para conhecer, intervir e construir caminhos possíveis. Revista Latino-Americana de Turismologia, 10, 1-10.
- Moraes, E. A. de, Guerra, M. F., Mendonça, T. C. de M., & Fenerich, G. N. (2024). Turismo de base comunitária em Unidades de Conservação de Uso sustentável no Brasil: para pensar práticas de gestão. Revista Turismo Visão e Ação, 26, 1-19.
- Moraes, E. A. de, Irving, M. de A., & Mendonça, T. C. de M. (2018). Turismo de Base Comunitária na América Latina: uma estratégia em rede. Revista de Turismo Visão e Ação, 20(2), 249-265.
- Moraes, E. A., Mendonça, T. C. M., & Estevão, P. H. R. (2023). Turismo de base comunitária em meio a pandemia covid-19 no Brasil: enfrentamentos, redes e caminhos em transição. Revista da ANPEGE, 19(40), 3-27.
- Nascimento, J. L. J. do/João do Cumbe, Oliveira, A. A. N., & Jesus, L. B. S. de. (2023). Quilombo do Cumbe: Autodeterminação, Bem Viver e Biointeração. Opará: Etnicidades, Movimentos Sociais e Educação, Paulo Afonso, 11(17), 1-16.
- Organização Internacional do Trabalho. (2011). Convenção n. 169 sobre povos indígenas e tribais e resolução referente à ação da OIT. Brasília: OIT, 2011.
- Sampaio, C., Henríquez, C., & Mansur, C. (2011). Turismo comunitário, solidário e sustentável. Blumenau: Edifurb.
- Santos, A. A. dos. (2018). Turismo e povos tradicionais: perspectivas territoriais na Comunidade Quilombola do Cumbe/CE. 93f. Dissertação [Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente]. Centro de Biociências, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.
- Santos, L. M. dos, & Santos, C. D. dos. (2020). Os Caminhos do Turismo Comunitário: afirmação territorial na Comunidade Quilombola do Cumbe, Aracati/CE. Campo-Território: revista de geografia agrária, 15(39), 333-352.
- Santos, R. de O. (2024). “Não existe patrimônio sem nós”: O papel das comunidades tradicionais no patrimônio mundial da humanidade - Paraty e Ilha Grande, Cultura e Biodiversidade. O primeiro sítio misto do Brasil [Tese de doutorado em andamento]. Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Santos, R. de O. dos, Alves, K. dos S., & Moraes, E. A. de. (2024). Turismo de base comunitária urbano e patrimônio: primeiras aproximações. Revista Latino-Americana de Turismologia, 10, 1-10.
- Santos, R. F. dos. (2019). Quilombo Kalunga Comunidade do Engenho II: limites e possibilidades para o turismo. Dissertação [Mestrado Profissional em Turismo]. Centro de Excelência em Turismo, Universidade de Brasília, Brasília.
- Santos, V. das D. S. O., Bonfim, I. de O. B., & Azevedo, D. B. de. (2024). O protagonismo delas no empreendedorismo de turismo comunitário quilombola em Furnas do Dionísio/MS. Ateliê do Turismo, 8(1), 25-47.
- Silva, J. F. da, Gomes, B. M. A., & Faria, A. C. V. de. (2021). Turismo de Base Comunitária em Remanescentes de Quilombos: uma análise das comunidades do Vale do Ribeira, São Paulo, Brasil. Revista Turismo, Desarrollo y Buen Vivir, RICIT, 15, 50-65.
- Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior. (2019). Após 56 dias, vazamento de óleo já atinge mais de 230 praias no Nordeste. Disponível em: <https://www.andes.org.br/conteudos/noticia/apos-56-dias-vazamento-de-oleo-ja-atinge-mais-de-230-praias-no-nordeste1>. Acesso em: 21 ago. 2024
- Sudré, S. G. S., & Figueiredo, S. L. (2023). Saberes e olhares sobre o turismo de base comunitária: estudo de caso da Comunidade Quilombola Pé do Morro, Tocantins. Revista de Turismo Contemporâneo, Natal, 11(3), 405-423.
- Urano, D. G., Siqueira, F. S., & Nóbrega, W. R. M. (2016). Articulação em redes como um processo de construção de significado para o fortalecimento do turismo de base comunitária. Caderno Virtual de Turismo. Rio de Janeiro, 16(2), 200-210.
- WWF-BRASIL. Salazar, S. (Coord.). (2001). Certificação em Turismo: Lições mundiais e recomendações para o Brasil. Brasília: WWF-Brasil.
- Xavier, L. F., Mariani, M. A. P., & Arruda, D. de O. (2023). Potencialidades em torno do Turismo no Espaço Rural em Territórios Quilombolas do Mato Grosso do Sul. Revista GeoPantanal, UFMS. Corumbá/MS, 34, 198-208.

---

## DISPONIBILIDADE DOS DADOS

Os dados de pesquisa estão no corpo do documento.

---

## CONTRIBUIÇÃO DOS AUTORES

Luísa Ferraz Benetti: Conceitualização; Curadoria de dados; Análise de dados; Coleta e desenvolvimento da pesquisa; Metodologia; Design da apresentação de dados; Redação do manuscrito original.

Edilaine Albertino de Moraes: Conceitualização; Análise de dados; Planejamento da pesquisa; Metodologia; Administração do projeto; Supervisão; Validação de dados e experimentos; Redação – revisão e edição.

---

**Editor Convidado:** Tércio Pereira

**Editora de Seção:** Fabiana Roeder